



CARTA DO RIO DE JANEIRO

Tendo em vista a iniciativa do MCTI de desenvolvimento do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr), bem como da necessidade de incorporar neste sistema as bases de dados das principais instituições públicas comprometidas com a produção de conhecimento sobre a biodiversidade do país, os diretores das cinco instituições detentoras de acervos biológicos que assinam este documento, reunidos no Jardim Botânico do Rio de Janeiro no dia 22 de março de 2013, reconhecem a importância do estabelecimento de um sistema de informação desta natureza, que sirva como plataforma integrada e padronizada dos dados biológicos disponíveis no país, direcionada especialmente à elaboração de políticas públicas.

O Brasil apresenta uma das maiores diversidades biológicas no mundo. Com exceção da sua Flora, que conta com uma lista atualizada (*Lista de Espécies da Flora do Brasil 2013*, em <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>), baseada em material depositado em herbários, o número de espécies brasileiras pertencentes aos demais grupos de organismos, ainda é desconhecido, indicando flagrante desequilíbrio no conhecimento sobre nossa biodiversidade. Além disso, a carência na organização e gerenciamento da informação já produzida sobre a biodiversidade brasileira desde o início do século XX representa sério entrave a qualquer avanço expressivo no âmbito da sua conservação. As limitações existentes quanto ao conhecimento e gerenciamento das informações sobre nossa biodiversidade sinalizam para a necessidade de dispormos, em acesso aberto, de plataformas interoperáveis que reúnam informações atualizadas, precisas e contextualizadas sobre a biodiversidade do país, com o objetivo de diminuir as lacunas atualmente existentes e permitir a utilização das informações qualificadas pela comunidade científica, bem como, pelos tomadores de decisão.

A integração das diversas bases de dados hoje disponíveis, no entanto, constitui um desafio de grande envergadura, que exige planejamento a curto, médio e longo prazos. Usando como exemplo apenas as cinco instituições signatárias deste documento, relatamos aqui tais desafios, já que estas abrigam mais de 80% da informação acessível sobre a biodiversidade do país, apesar de representarem menos de 20% das instituições detentoras de acervos biológicos.

Neste contexto, acolhemos com muito interesse a iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) de criação do SiBBr através de recursos oriundos do próprio Governo Federal e do Fundo para o Meio Ambiente (GEF), colocamo-nos à disposição para participar no processo de elaboração e consolidação do sistema, e aproveitamos para apresentar nossas considerações diante do enorme desafio que representa essa iniciativa.

Reiteramos, inicialmente, que as cinco instituições signatárias são guardiãs de acervos animais e vegetais que totalizam aproximadamente 22 milhões de exemplares registrados. Este número representa apenas o material catalogado, cujos espécimes estão devidamente curados e disponíveis para estudo nas coleções e que são enfaticamente consultados por pesquisadores, professores e alunos de graduação e pós-graduação de instituições nacionais e estrangeiras. Dele estão excluídos os exemplares e lotes que carecem de identificação e curadoria adequada, conjunto este estimado entre 10 e 40% do acervo total das instituições, uma lacuna que nos priva de informação crucial sobre nossa biodiversidade.

Entendemos, por isso, que disponibilizar os dados desta parte não curada dos acervos é tarefa essencial, assim como prover infraestrutura e segurança adequadas às coleções científicas.



Essa situação geral foi relatada em carta do Exmo. Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, datada de 29 de maio de 2010, encaminhada para a Exma. Sra. Ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira, na ocasião do trágico incêndio que destruiu uma parte significativa das coleções científicas do Instituto Butantan. Nesta carta, o Ministro Sergio Rezende ressaltou “a necessidade de estabelecer, imediatamente, uma política nacional para os acervos biológicos científicos do país, que oriente sua gestão e garanta sua adequação e expansão em espaços com efetiva segurança nas diversas instituições de pesquisa brasileiras, em suas variadas esferas de governança”. Nas palavras do Exmo. Ministro, o MCT se “compromete a liderar a criação de um Fundo especial, com a finalidade de possibilitar a implantação do Plano Nacional para as Coleções Científicas”.

Não obstante o reconhecimento da situação em nível nacional, até a presente data, tanto o fundo especial de apoio às coleções biológicas quanto o Plano Nacional para as Coleções Científicas não foram implementados.

Consideramos, deste modo, que a ausência de uma fundação sólida, alicerçada no modelo proposto pelos Exmos. Ministros Sergio M. Rezende e Izabella M. Teixeira, pode comprometer a efetiva implantação do SiBBr. O desenvolvimento de um sistema nacional de informação em Biodiversidade depende intimamente de uma gestão colaborativa entre as instituições detentoras de acervos biológicos e os órgãos centrais de governo, que incorpore a missão precípua destas instituições como gestoras e certificadoras da sua própria informação, com mecanismos permanentes de fomento à proteção e manutenção física dos acervos biológicos.

Destarte, identificamos a necessidade de implantação das seguintes ações emergenciais, pré-requisitos essenciais à criação de um ambiente adequado para a implantação, em última instância, do próprio SiBBr:

1. estabelecimento de um Fundo de Apoio às coleções biológicas do Brasil, com a abertura de uma linha de crédito continuada distribuída em faixas específicas com valores condizentes com o tamanho dos acervos;
2. abertura de edital para a instalação emergencial de sistemas de armazenamento e proteção contra incêndio nas instituições detentoras de grandes acervos biológicos;
3. abertura de editais visando a informatização dos dados dos acervos biológicos das instituições nacionais, visando maior segurança e eficiência no armazenamento, manejo, integração e disponibilização dos dados sobre a biodiversidade brasileira;
4. ampliação das contratações de pesquisadores/docentes especialistas em sistemática e taxonomia, e informática aplicada à biodiversidade; e de técnicos nas instituições detentoras de coleções biológicas;
5. promoção de cursos de extensão e pós-graduação na área de informática aplicada à biodiversidade;
6. elaboração e implantação de um Plano Nacional para as Coleções Biológicas do país (este plano deverá ser amplamente discutido na Câmara Permanente de Coleções do CONABio);
7. inclusão de um representante, com direito a voto, de cada uma das instituições signatárias deste documento na Câmara Permanente de Coleções do CONABio;
8. diminuição dos entraves burocráticos ligados à coleta, transporte e estudo para fins científicos dos acervos de biodiversidade do país.



Quanto à participação das instituições, aqui subscritas, como provedoras de dados para o SiBBr, reiteramos nosso interesse e o entendimento de que:

1. é necessária uma melhor definição quanto aos produtos a serem gerados e disponibilizados pelo SiBBr, a partir de discussão e de acordos com as instituições provedoras de dados, o que ainda não está claro em <http://www.sibbr.gov.br/> ou no próprio projeto GEF;
2. deve-se incluir pelo menos um representante, com direito a voto, das instituições signatárias deste documento no Comitê Gestor do SiBBr;
3. a base de dados deverá ter conteúdo aberto e acesso público, para estudos e análises pela comunidade científica, exceto em casos específicos, a serem definidos junto a cada instituição, onde filtros poderão ser criados;
4. as instituições devem ser reconhecidas como provedoras de informação científica oficial sobre a biodiversidade brasileira, com os devidos créditos e com monitoramento das métricas de acesso às páginas com dados fornecidos por cada instituição;
5. os sistemas e ferramentas computacionais eventualmente desenvolvidos para o SiBBr devem priorizar soluções baseadas no código livre e aberto;
6. para que o sistema tenha responsabilidade e credibilidade oficial, as iniciativas de Tecnologia da Informação (TI), tais como o estabelecimento de plataforma eletrônica, política e disponibilização dos dados sobre a biodiversidade nacional fornecidos pelas instituições participantes do SiBBr, deve ocorrer unicamente sob a chancela de um domínio governamental (“.gov.br”);
7. ao participarem do SiBBr, as instituições detentoras de dados sobre a biodiversidade mantêm, a seu critério, a autonomia para disponibilização de seus dados em outras plataformas, portais, ou agregadores, sejam da própria instituição ou externas.

Reiteramos, por fim, nossa disposição ao diálogo visando a efetiva participação na implementação não apenas do SiBBr mas também, e principalmente, de uma política nacional que vislumbre, compreensivamente, as questões relativas às coleções científicas das instituições de ensino e pesquisa brasileiras.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2013

Adalberto Luis Val	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – MCTI/INPA	Diretor	
Claudia Carvalho	Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/MN	Diretora	
Hussam Zaher	Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo – USP/MZUSP	Diretor	
Nilson Gabas Jr.	Museu Paraense Emílio Goeldi – MCTI/MPEG	Diretor	
Rogério Gribel	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – MMA/JBRJ	Diretor de Pesquisas Científicas	



Andrea Ferreira da Costa

Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/MN

Curadora-substituta do Herbário

Carlos José Einicker Lamas

Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo – USP/MZUSP

Diretor da Divisão Científica

Cléverson Ranniéri Meira dos Santos

Museu Paraense Emílio Goeldi – MCTI/MPEG

Gerente de Coleções e Representante do Conselho de Curadoria
Chefe do Departamento de

Cristiana Silveira Serejo

Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/MN

Invertebrados/ Curadora da Coleção de Crustacea

Eduardo Dalcin

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – MMA/JBRJ

Coordenador Núcleo de Computação Científica

José Laurindo Campos dos Santos

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Coordenador de Tecnologia da Informação

Lúcia Rapp Py-Daniel

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Gerente do Programa de Coleções e Acervos

Marcos Paulo Alves de Sousa

Museu Paraense Emílio Goeldi – MCTI/MPEG

Coordenador do Núcleo de BioGeoinformática

Rafaela Campostrini Forzza

Jardim Botânico do Rio de Janeiro – MMA/JBRJ

Coordenadora de Coleções e curadora do RB

Ulisses Galatti

Museu Paraense Emílio Goeldi – MCTI/MPEG

Coordenador de Pesquisa e Pós-graduação